

# humanaesfera #4

---

**Opúsculo materialista, internacionalista e comunista libertário**

<http://humanaesfera.blogspot.com.br>

joaosac@yahoo.com.br

**NÚMERO ESPECIAL:**

## ***TRANSFORMAÇÃO DA VIDA COTIDIANA*** **ÉTICA, AUTONOMIA, CLASSE, SOLIDARIEDADE e ABUNDÂNCIA NA PRÁTICA**

- Autonomia, espiral de violências e apelo à força (i.e, à classe dominante)
- Autonomia e cotidiano - Espinosa e o imperativo de Kant: "Tratar os outros e a si mesmo como fins, jamais como meios"
- A autonomia é favorecida pelas lutas identitárias?
- Contra as recompensas e punições (contra a meritocracia, contra a coerção)
- Ação direta VERSUS trabalho de base
- Contra a estratégia
- Abolição do trabalho e a questão do circuito produtivo global no comunismo

# Autonomia, espiral de violências e apelo à força (i.e, à classe dominante)

Frente a uma violência, é natural, compreensível, humano, que os agredidos ou vítimas reajam com ódio. Emocionados, o agredido e/ou os que se compadecem com a vítima tendem a reagir recorrendo a uma violência igual ou maior (a deles mesmos, a de uma gangue, de um gerente, da polícia, do direito ou mesmo a de um monarca cósmico absoluto imaginário). Isso pode iniciar uma espiral de represálias recíprocas que multiplica a violência e foge ao controle de todos. Até o ponto de ninguém mais se lembrar do motivo inicial, tornado irrelevante pelas sucessivas violências mútuas que se agravam cada vez mais. Tentar reparar um dano com outro dano multiplica os danos e, em última instância, faz de cada um o causador dos danos feitos a si mesmo mediante os outros, numa corrida armamentista que escraviza a todos.

Há quem argumente que, para interromper esse ciclo, é preciso "compaixão" ou "empatia": nos compadecer com a dor do agressor porque na verdade ele teria sido antes vítima de outro agressor e assim sucessivamente, *ad infinitum*. Porém quem diz isso esquece que a empatia é a própria causa da espiral de violência (sob a forma de indignação). O erro do argumento da empatia é que "empatia de amor" e a "empatia de ódio" são igualmente emoções - e emoções são reações espontâneas (se não forem, são falsas emoções), ou seja, não dependem de nenhum argumento.

Sem dúvida, a paixão é o que nos move e não há como escapar disso. O que fazer então? Uma possível resposta é dada pelos filósofos ultra-iluministas Benedito de Espinoza e Jean Meslier: entre as paixões humanas está a paixão pela liberdade - a razão. A razão é ação, e não reação (todas as demais emoções não passam de reações), porque ela busca modificar as causas, não reagir aos efeitos; busca transformar as condições de existência, e não escolher entre caminhos pre-estabelecidos; busca subverter o status quo, o tabuleiro, não mover mais uma vez as peças de um jogo suicida e escravizador. A questão é: a paixão pela liberdade, pela autonomia, é capaz de superar as outras emoções? E como agir, isto é, como criar um ambiente onde as emoções possam se expressar da maneira mais enriquecedora e feliz possível?

Seja como for, quando ocorre uma violência, se queremos evitar o surgimento de uma espiral de violências - que só serve para suprimir a autonomia e legitimar o poder da classe dominante, ou seja, a adesão à falsa garantia dada por alguma violência ainda mais ameaçadora, tal como a gangue, o gerente, a polícia, o direito, as forças armadas e o Estado -, só nos resta abandonar toda e qualquer ideia de punição (e recompensa), porque, como vimos, ela não tem o menor fundamento, é pura irracionalidade. \*



É preciso ao menos que saibamos ser concretos:

- Quem agrediu pode agredir outra vez? Em outros termos: a agressão dele é um hábito? E se é um hábito - um vício -, ele poderia (ter liberdade para) não agredir da próxima vez?

- Mas se ele teve liberdade para escolher agredir, que razão o motivou a fazer isso? A agressão foi motivada por algo transitório, improvável de se repetir? Ou motivada por algo constante ou repetível? Como atacar esse motivo?

- Se a agressão dele é um hábito, o que fazer? Isolá-lo, para que não voltemos a sofrer agressões dele? Mas como ajudá-lo a se libertar do hábito de agredir que o escraviza?

- E o agredido, como tratá-lo?

Em suma, questões [materialistas](#) práticas incontornáveis.

humanaesfera, junho de 2015

Nota:

\* Falar em "livre arbítrio", "intenção", "vontade", "falta de vontade", não só é perfeitamente inútil e oco mas extremamente nocivo. O apelo à vontade serve apenas para atribuir culpa, causando ainda mais raiva e ressentimento. Quando buscamos parar de fumar, por exemplo, a vontade não é nada "em si", porque o que determina essa vontade é, não ela mesma, mas as paixões de parar de fumar (que pode ser uma paixão pela autonomia que parar de fumar trará) frente às paixões cada vez mais tristes (servis) de continuar fumando (prováveis doenças, interrupção constante das atividades para suprir o vício, mau cheiro nas interações sociais etc.). Se a vontade é algo, ela não passa do hábito - que é uma paixão "animal", pavlovianamente adestrada - de se focalizar para alcançar

qualquer fim, seja ele qual for. Enquanto os fins sempre são formados pelas livres interações, combinações ou associações das paixões, nunca pela "bestial" vontade "em si".

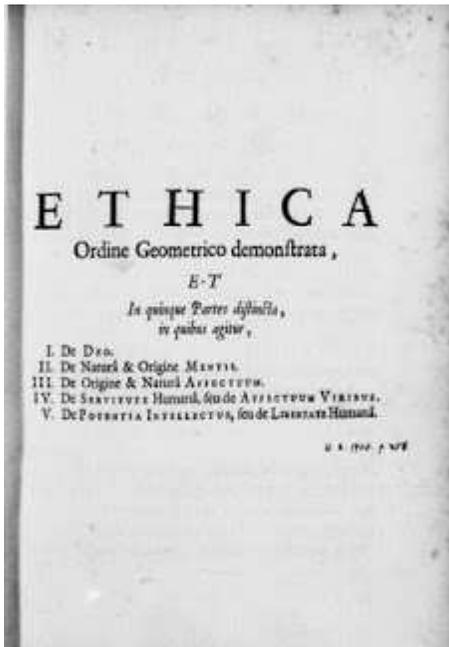
### **Bibliografia:**

- Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão Social - Simone Weil
- Ética - Benedito de Espinoza
- Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier - Paulo Jonas de Lima Piva
- Le Humanisphère - Joseph Déjacque

## **Autonomia e cotidiano - Espinosa e o imperativo de Kant: "Tratar os outros e a si mesmo como fins, jamais como meios"**

Immanuel Kant (1724-1804) dizia [nota 1] que a ética deveria emanar, para cada indivíduo ser autônomo, de uma esfera ideal incondicional, absoluta, que seria independente e superior ao mundo relativo e mutável que é o da existência cotidiana, social e histórica de cada um. Ele chamou essa esfera ideal absoluta de "razão legisladora". Legisladora porque dita "imperativos categóricos", que são fins e deveres incondicionais. O conjunto dos imperativos formaria o que ele chama "reino dos fins", uma espécie de império supra-mundano ideal dentro da cabeça de cada um e de todos. Liberdade, para ele, é apenas se submeter e cumprir os ditames emanados dessa esfera absoluta supra-sensível, que seria o único bastião livre de paixões.

Porém, como a liberdade kantiana poderia não contradizer o mais impressionante dos seus imperativos categóricos que diz "aja de tal modo a tratar a humanidade, tanto em ti mesmo quanto em qualquer outra pessoa, nunca meramente como um meio para um fim, mas sempre simultaneamente como fim"? Pode-se discutir que "humanidade" parece sugerir um ente abstrato separado de ti mesmo e das outras pessoas, redundando em autonomia nenhuma; porém essa discussão não é a que propomos. Pode-se interpretar mais frutiferamente a frase simplesmente como "tratar a si e ao outro como fins e jamais como meios". Por outro lado, questionável é o próprio pressuposto que fundamenta a ética kantiana, porque, se a razão legisladora é incondicional, absoluta, imperativa, todos e cada um de nós não passam de relativos, meios, instrumentos, objetos, servos, dessa esfera absoluta, que é o reino dos fins em si supra-mundano.



E na complexidade da existência prática cotidiana, social e histórica, a liberdade kantiana, com seus imperativos, pouco tem a oferecer que não admoestações moralistas, formais e ranzinzas. Isso no melhor dos casos, porque no pior, visto que praticamente ninguém leva à sério as reprimendas, surge a tentação de pôr essas "leis da razão" em prática não pelas leis da razão em si (que se revela impotente), mas por outra instância que, fora da lei e da razão, seria supostamente a única capaz de aplicá-las efetivamente - a polícia.

Existe alguma maneira de salvar o princípio de "tratar a si e ao outro como fins e jamais como meios" sem recair na contradição de fazer disso um "imperativo", que, enquanto imperativo, por definição trata os

outros e quem o assume como meios para aplicá-lo? Acreditamos que sim, e que a proposta de liberdade de Baruch Espinosa (1632-1677) [nota 2] é a que permite superar essas dificuldades, iluminando perspectivas mais ricas e frutíferas dos problemas da existência prática.

Espinosa já criticava em Descartes justamente a ideia de uma razão (ou liberdade) transcendente, que seria feita de uma substância (in)diferente e superior à substância de todos nós e de nossa existência. Mas, ao criticar Descartes, Espinosa não abandonou a razão universal nem a liberdade. Muito pelo contrário, ele as radicalizou. Começemos explicando que, para ele, a liberdade (ou razão) não é nem pode ser um decreto.

Segundo ele, cada indivíduo (humano ou não) surge e se desenvolve por uma confluência casual de infinitas determinações simultâneas que atuam a todo instante e que ele chama de "afecções". E, enquanto essa confluência de afecções sustenta sua existência, o indivíduo continua existindo. Essa é a dimensão passiva (do latim, "passio", paixão) da existência. Porém, quando passa a existir, cada indivíduo é uma determinação nova ("conatus"), uma capacidade específica, um desejo, uma potência ativa que cria novas confluências, outras relações e outras capacidades e desejos que, é claro, não existiam antes.

Mas mesmo quando passa a existir, cada indivíduo humano continua sendo "afetado" continuamente por novas "afecções" e as experimenta como o que Espinosa chama de "afetos". Os afetos que aumentam as suas capacidades

denominam-se "alegria". Os que as reduzem, "tristeza". Mas qual a relação disso com a liberdade?

O aspecto ativo do "afeto de tristeza" é o "ódio", o desejo pela destruição daquilo que o indivíduo imagina causar a redução de suas capacidades (redução de sua existência), seja imaginando essa causa por engano ou não. Assim, a tristeza leva meramente à reação contra o que imaginamos causá-la. Apesar do que pode parecer, a reação é uma servidão diante daquilo contra que reagimos, e por isso não é uma ação livre, não é autodeterminada. O ódio se manifesta geralmente como uma agressão igual ou maior à imaginada violência original, e quando um indivíduo imagina outro indivíduo humano como causa e reage, isso costuma torná-los escravos de um círculo vicioso de represálias recíprocas e crescentes, uma espiral de reações em cadeia que ocupam uma parte cada vez maior de suas lamentáveis existências. Aliás, nada mais adequado do que a palavra "reacionário" para designar esses infelizes.

Contrariamente, o "afeto de alegria" tem como aspecto ativo o "amor", o desejo por aumentar a capacidade daquilo (ou de quem) que o indivíduo imagina aumentar suas próprias capacidades, sua própria existência. Mas quando sua imaginação se engana, e atribui como causador de sua alegria algo que não o é, o amor é ainda reação, paixão, joguete das circunstâncias, já que se transformará em tristeza, daí em ódio, como resultado necessário do engano. Só quando atribui com conhecimento adequado, o amor deixa de ser paixão para se tornar ação, razão, transformação consciente do mundo e de suas relações com os outros. O amor, o desejo nascido da alegria, então, se manifesta como ação livre, autodeterminada, porque o indivíduo age aumentando sua própria liberdade, e isso só ocorre efetivamente aumentando a liberdade do outro e do mundo em que vive. Amar, por definição, é tratar a si e ao outro como fins em si, como seres livres, não como meios, objetos, coisas, instrumentos.

No entanto, na complexidade da existência prática cotidiana, em que predominam afecções aleatórias e cegas (paixões), os afetos de tristeza e alegria, e os correspondentes desejos de ódio e amor, se misturam e se combinam, dando surgimento a uma infinidade de afetos e desejos intermediários (Espinosa analisa detalhadamente um vasto apanhado deles: esperança, medo, contentamento, glória, irrisão, inveja, consideração, remorso, compaixão, orgulho, gratidão, crueldade, bajulação, desprezo, audácia, despeito, modéstia, vergonha, generosidade...) pelos quais os indivíduos humanos, fora alguns poucos sortudos, se engajam num emaranhado de reações em cadeia que só reduz ainda mais as suas próprias capacidades e aumenta sua servidão [nota 3].

Gostemos ou não, é nesse emaranhado que se passa nossa existência cotidiana, social e histórica, em que existimos mais como objetos, que reagem tão previsivelmente às afecções quanto robôs, do que como seres autônomos que transformam sua existência. As admoestações, as reprimendas, as raivinhas, as

culpabilizações, as ladainhas não só são hipócritas (porque ninguém está fora dessa confusão), mas colocam ainda mais lenha na fogueira, já que só sabem pedir e apoiar uma servidão ainda maior (por exemplo, sonhando com uma grotesca violência invencível e incontrolável que acabe com a própria violência: um capataz, um diretor, um rei, um inquisidor, um super-herói, um deus, o karma, o inferno, o fim do mundo, uma invasão alienígena...).

Onde está então a liberdade e a razão nesse emaranhado escabroso? É claro: liberdade é agir, ser protagonista, tornar-se sujeito e não objeto. E para ser livre, é preciso compreender as causas específicas dos afetos e desejos que temos, conhecer as afecções que nos afetam, porque só conhecendo-as podemos transformá-las efetivamente, aumentando as capacidades, nossas, dos outros e do ambiente em que vivemos. Mas a liberdade não é um decreto. Ela surge com experiências, uma confluência específica de afecções, que nos faz experimentar certa alegria que aumenta tanto nossas capacidades de pensar e agir que nos permitem, por sua vez, agir sobre as próprias afecções transformando-as conscientemente.

Assim, o procedimento dos reacionários, que se resume a apontar "culpados", bodes expiatórios, "pessoas com vontade má", além de inútil, causa ainda mais ódio e reação. O erro de outro indivíduo, ou mesmo sua violência, não pode ser combatido por decreto, porque isso não faz senão transferir a violência para outro âmbito ainda mais violento e sem controle, como o poder e a hierarquia (hoje ungidos com a lamentável superstição da meritocracia, da "mão invisível" da guerra de todos contra todos chamada mercado, e da idolatria chamada Estado). O que é efetivo para combater o erro, e especialmente a violência, é apontar a esse indivíduo experiências que o permitam compreender que, se ele reduz os outros indivíduos a objetos, meios, é porque ele próprio se comporta ridiculamente como um robô, porque seus atos, que ele pensava ser livres, são meras reações completamente previsíveis às afecções que lhe ocorrem, o que faz automaticamente o ódio (e a servidão decorrente dele, a reação) ocupar a maior parte de sua existência. Em suma, contribuir para fazê-lo compreender as afecções que o afetam é o único modo de ajudá-lo a deixar de ser objeto, mudá-las e transformar ativamente a sua vida, única condição para que passe a tratar a si e aos outros como fins em si e não como meios.

E a razão? Se a razão for entendida como decreto (como em Kant), ela se resume a uma emissão de imperativos, reprimendas, que, embora muitos (ou mesmo todos) de nós possamos categoricamente concordar, praticamente ninguém pode nem quer seguir de fato na vida cotidiana. Isso porque todo decreto busca burramente passar por cima da confusão concreta que é a nossa existência prática cotidiana, social e histórica, contribuindo, na verdade, como um elemento a mais, até multiplicador, no emaranhado de reações, de servidões.

A única razão universal que pode ser efetivamente assumida e posta em prática, então, só pode ser um tipo de alegria, um tipo de amor que seja mais apaixonante do que as reações. Um amor pela autonomia, pela liberdade, pelo

conhecimento, ou seja, pela virtude como algo desejado por si só, universal, livremente acessível à todos para desfrute e alegria generalizados. Decorre da razão, conseqüentemente, o projeto de transformar a vida cotidiana, social e histórica no sentido universal de que todos possam desenvolver suas capacidades livremente, como seres autônomos, ou, em outras palavras, a finalidade de suprimir todas as condições que levem seja que indivíduo for a aceitar ser tratado como objeto, como instrumento, meio para um fim alheio.

Concluindo: O que está em jogo é a nossa capacidade de, nesse mundo que é um emaranhado servil de reações cegas, sermos efetivamente capazes de criar e propagar a razão e a liberdade. Para isso, vimos que um imperativo ou decreto só traz mais servidão, enquanto que provamos que só podemos propagar a razão, a virtude e a liberdade se, na vida cotidiana, provarmos que são válidos por si só, ou seja, como amor, alegria.

humanaesfera, outubro de 2015

#### **NOTAS:**

[**nota 1**] No livro Fundamentação da metafísica dos costumes.

[**nota 2**] Aqui tratamos especificamente da proposta de liberdade naquilo que Espinosa chama de "segundo gênero de conhecimento", exposto em Ética demonstrada à maneira geométrica, partes III, IV, V e VI.

[**nota 3**] Essa mistura confusa, por exemplo, explica o vício: um indivíduo imagina como causa do aumento de suas capacidades [isto é, de alegria e, portanto, amor] algo que na realidade aumenta uma parte limitada e temporária de suas capacidades [por exemplo, a capacidade de ficar super-ativo ou super-relaxado, como os efeitos de certas drogas] mas que reduz suas capacidades como um todo e a longo prazo, causando tristeza e, portanto, ódio e, conseqüentemente, tornando-o um escravo.

# A autonomia é favorecida pelas lutas identitárias?

[...] Sem dúvida é essencial a solidariedade entre mulheres (ou negros), se acolhendo mutuamente, se reconhecendo e compartilhando os problemas que só elas (ou eles) sofrem e modos de se contrapor a eles. Porém, fechadas em si mesmas, isto é, enquanto lutas identitárias, elas são necessariamente punitivistas e como tais meramente reivindicam o reforço do aparato repressivo do Estado, quando não a repressão direta ganguista. Por exemplo, na prática o que o feminismo indentitário propõe para transformar a sociedade? Mais repressão. A repressão é a única praxis social possível das lutas identitárias. Não estou dizendo que elas poderiam exigir outra coisa fora a repressão, mas sim que não se pode esperar das lutas identitárias, enquanto tais, a menor possibilidade de ir além do status quo, no qual a repressão (recompensas e punições) é a única praxis possível.

As mulheres são a esmagadora maioria dos que ganham um salário mínimo ou menos no Brasil. E são elas que são a maioria dos que continuam ganhando a mesma coisa pelo resto de suas vidas... Como tratar disso? Há duas maneiras. Uma é pela via identitária e consiste simplesmente em protestar por novas leis e por fortalecer ainda mais a repressão para implementá-las, "empoderando" ainda mais a classe dominante. A outra é pela solidariedade que surge pela confiança mútua entre homens e mulheres, negros e brancos, que é o único modo de romper o poder da classe dominante e seu aparato repressivo, confiança mútua fundada justo na dissolução de privilégios (de sexo, raça, etnia...), confiança na solidariedade dos outros se alguém sofrer essas violências identitárias. Obviamente esta é uma perspectiva de classe, de autonomia do proletariado. (Aliás, "privilégio" vem de "privus legis" - lei privada. )

É claro que no contexto "dado" de desconfiança e competição generalizada em que sobrevivemos, nesta guerra de todos contra todos em que o apelo a uma **violência ainda mais ameaçadora (ganguie, gerente, polícia e/ou Estado)** é sempre a única "garantia", os identitaristas sempre argumentarão que é uma "ingenuidade hipócrita" esperar encontrar solidariedade e confiança mútua entre os proletários, ou esperar que eles recusem suas migalhas de privilégios ("meritocracia"). Os identitaristas tem razão, pois diante do sofrimento da violência identitária, não há tempo para esperar a solidariedade ainda hipotética de classe, não restando saída exceto apelar à classe dominante (ao poder) como único recurso disponível para reduzir o sofrimento.

Porém, esse contexto, esse status quo, é insuportável e absurdo. Verdadeira hipocrisia é aceitá-lo. É preciso buscar tornar materialmente sem sentido o apelo à "violência mais ameaçadora" (ganguie, gerente, polícia e/ou Estado). E,

para isso, não se trata de defender "fatos", mas de afirmar uma posição (que não é uma "militância" ou "trabalho de base", que sempre desembocam em ganguismo, mas, pelo contrário, relações de igual para igual no cotidiano, na rua, no trabalho, no ônibus): favorecer a solidariedade, a confiança mútua, a recusa à privilégios, propor "a cada um conforme suas necessidades" contra a competição (minando a correspondente "meritocracia", método de dominação daqueles que detém a "violência mais ameaçadora", ou seja, a classe dominante), ou seja, favorecer tudo que contribua para a autonomia do proletariado, e o "desapoderamento" da classe dominante...

humanaesfera, dezembro de 2014

## Contra as recompensas e punições (contra a meritocracia, contra a coerção)

*"A recompensa da virtude é a própria virtude e o castigo reservado à desrazão e ao abandono de si é precisamente a desrazão. Quem quer recompensas e castigos não encontra nada que lhe apraza na virtude mesma e no conhecimento, e evita os maus atos com hesitação, forçando-se como um escravo. Ele espera que sua servidão seja paga a um preço que a seus olhos vale muito mais do que o amor: tanto mais caro quanto mais aversão ele tem ao bem e se coage mais."* Baruch Espinosa (resumo e livre adaptação de um argumento encontrado na Carta 43, de Espinosa a Jacob Osten, fevereiro de 1671, Correspondência).



*"Para propagar a virtude, é melhor o encorajamento e a palavra persuasiva do que a lei e a coerção. Quem evita ser injusto por temor à lei, provavelmente cometerá o mal em segredo; quem, ao contrario, for levado ao dever pela convicção, provavelmente não será injusto nem em segredo e nem abertamente."* Demócrito de Abdera (fragmento DK 68 B 181)

Recompensas e punições pressupõem uma violência (poder) que despojou os seres humanos de suas próprias condições de existência, impedindo-os de existirem por si mesmos, autonomamente, e permitindo-a prometer (recompensar) e ameaçar (punir). O medo e a esperança; o chicote e a carne lançada às bestas. Combater esse poder só é possível se abolirmos a propriedade privada das condições de existência (meios de vida e de produção), tornando-as gratuitas, para que desenvolvamo-nos e as nossas produções como atividades e fruições que valem por si mesmas, manifestações multilaterais de nossas faculdades, desejos, necessidades, paixões... livres, ou seja, sem nenhuma força que possa estar na posição (classes) de nos submeter à recompensas nem

punições. Em outras palavras, sem o engodo da troca de equivalentes, seja hierárquico ou mercantil, já que na verdade são sempre pseudo-equivalentes: sobretrabalho e mais-valia. Recompensas e punições serão suplantadas pela alegria ou tristeza intrínsecas ao experimento de cada um nessas atividades, produções e fruições livres, únicos móveis de toda composição e dissolução na livre associação em escala mundial que chamamos comunismo.

Mas os paranóicos e apavorados só enxergam o mundo através dos óculos da ameaça e da recompensa (eles querem o fim da "impunidade" e a retribuição de seus "méritos"). Então, vejamos melhor: qual a relação entre um ato ("bem" ou "mal") e sua sanção (recompensa ou punição)? Por mais que se procure, simplesmente não há nenhuma relação. A única coisa que os liga é, necessariamente, uma força totalmente extrínseca ao ato e ao móvel do ato. Logo, a conclusão é evidente: a relação entre "crime" e punição (e entre servilismo e recompensa) é sempre arbitrária, exterior, irracional, inútil. (E quando as crianças são "educadas" assim, elas apenas são ensinadas, e isso na melhor das hipóteses, que é aceitável que as coisas "se resolvam" mediante chantagens e porrada - e quando crescerem provavelmente engrossarão o *partido da ordem* dos linchadores de plantão "em defesa da família").

Outros defendem que só as regras ou a lei ("o estado de direito", ou mesmo as "leis universais da razão" de Kant) impedirão que recompensas e punições sejam arbitrárias. Porém, além de a idéia de equivalência entre ato e sanção ser em si arbitrária (uma pura troca de alhos por bugalhos), é impossível que a lei possa por conta própria andar por aí para aplicar sanções (recompensas e punições), pois afinal a lei é só um monte de papéis. A lei só pode ser efetiva se aplicada por uma força que não é a lei, que é portanto literalmente fora da lei, acima da lei: a polícia, o pai (ou mãe), o chefe, o gerente, o presidente... na prática, a arbitrariedade sempre reina, como já estamos fartos de saber (veja, por exemplo, o Brasil, onde a pena de morte e a tortura são ilegais, oficialmente não existem, mas que, na prática, é um dos países onde elas são mais praticadas no mundo).

Quanto ao estado de direito, um trecho de Walter Benjamin:

*"[...] uma solução totalmente não violenta de conflitos nunca poderá desembocar num contrato jurídico. Por mais pacífico que tenha sido o clima que levou as partes a firmá-lo, um contrato desse tipo pode acabar sempre por conduzir à violência, porque concede a cada uma delas o direito de reclamar o recurso a alguma forma de violência contra a outra, no caso de esta violar o contrato. E não é só isso: a própria origem de todo contrato aponta para a violência, tal como o seu desfecho. Enquanto poder que institui o Direito, esta não precisa estar diretamente presente nele, mas está nele representada desde que o poder que garante o contrato jurídico tenha, por seu lado, origem violenta, ainda que não tenha sido aplicada legalmente no contrato com recurso à violência. [...] Por mais desejável e satisfatório que, apesar de tudo, seja um parlamento que funcione bem, por comparação com outros regimes, a discussão dos meios, por princípio*

*pacíficos, do entendimento político não poderá passar pelo parlamentarismo. Na verdade, o que este consegue alcançar no que se refere a questões vitais são apenas aquelas ordens jurídicas reféns da violência à entrada e à saída.* " (Walter Benjamin, Sobre a crítica do poder como violência)

Há também os que, impregnados de religião e espiritualidade, acreditam numa entidade chamada "mal", "maldade", e dizem que o homem (assim como a matéria e o mundo como um todo) por si mesmo é "mal". Não é a toa que os lugares do mundo onde a religiosidade é mais intensa são os mais violentos, pois a expectativa a priori da maldade nas relações humanas, numa desconfiança mútua generalizada, torna real esse fantasma ("maldade") na prática. Para eles, "o bem" é auto-sacrifício, auto-anulação; isto é, para eles o "bem" é algo repulsivo, que justamente por não ter nenhum valor em si mesmo, vale por outra coisa, é "mérito" (que serve para reencarnar melhor, chegar ao nirvana, ou ascender ao paraíso e evitar o inferno, ou ser promovido pelo chefe). Contra isso defendemos uma ética materialista:

*"O homem é o egoísmo; sem egoísmo, o homem não existiria. O egoísmo é o móbil de todas as suas ações, o motor de todos os seus pensamentos.[...] É para crescer, para aumentar o círculo de sua influência que o homem leva alto a sua face e atira ao longe o seu olhar; é em vista de satisfações pessoais que ele caminha para a conquista de satisfações coletivas. É para si mesmo, como indivíduo, que ele quer participar da efervescência viva da felicidade geral; é para si mesmo que ele fica aflito pelo sofrimento dos outros. Seu egoísmo, sem cessar exigido pelo instinto de sua conservação progressiva e pelo sentimento de solidariedade que o liga a seus semelhantes – seu egoísmo solicita as perpétuas emanações de sua existência na existência dos outros. É isto que a velha sociedade chama impropriamente de devotamento e que não é senão espelhamento [spéculation], espelhamento que é tanto mais humanitário quanto é mais inteligente, que é tanto mais humanicida quanto mais é imbecil(...).*

*Humanamente, não é possível fazer um movimento, um gesto da mão, do coração ou do cérebro, sem que a sensação se repercuta de uma pessoa para outra como um choque elétrico. E isso tem lugar no estado de comunidade anárquica, no estado de natureza livre e inteligente. [...]*

*A coerção é a mãe de todos os vícios. Por isso, é banido pela razão do território da humanisfera. O egoísmo, naturalmente, o egoísmo inteligente é muito desenvolvido para que alguém pense em forçar seu próximo. É por egoísmo que eles trocam bons atos.*

*[...]Nós todos nascemos com o germe de todas as faculdades [...], as circunstâncias exteriores agem diretamente sobre nós. Conforme nossas faculdades são ou foram expostas a sua influência, elas adquirem um desenvolvimento maior ou menor e se formam de uma ou de outra maneira. [...]*

*O meio onde nós vivemos e a diversidade de pontos de vista onde se colocam os homens e que faz com que ninguém possa ver as coisas sob o mesmo aspecto,*

*explicam [...] a diversidade de suas paixões e aptidões.*" Joseph Déjacque (Le Humanisphère)

humanaesfera, maio de 2014

## Ação direta VERSUS trabalho de base

*"A consciência não é senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a **sua** consciência."*(K. Marx)

Um sinônimo para heteronomia do proletariado? Eis: trabalho de base. Pseudo-práxis tão oca, tautológica e vazia que não passa da repetição incessante da exortação a um dolorido, árduo, interminável, confrangente... trabalho de base.

O ativista, o militante, quer ação. Ao contrário dos não-militantes, ele se vangloria por ele, ele sim, agir. O erro começa aí: imaginar que existe ou possa existir alguém que "não faz nada". Se existimos, agimos. Não é preciso esperar uma panelinha de militantes com seus "trabalhos de base" e "inserções sociais" para agir e se solidarizar com os demais.

A ideia de trabalho de base é indefensável, porque é intrinsecamente heteronômica. Mas o militante autonomista pretende lutar pela autonomia do proletariado. Como alguém que alega agir - isto é, alega que os outros não agem - pode agir se não supor agir sobre os outros (trabalho *sobre* a base)? Então, o militante autonomista entra em parafuso, e, para se recompor, apresenta-se como meio, instrumento, e não como fim - ele renuncia aos próprios desejos (objetivos, ideias, finalidades, que menoscaba como meras utopias), porque acha que assim respeita os desejos da "base", a autonomia dela. Ora, não é óbvio que o "trabalho de base" implica aceitar acriticamente uma posição heterônima, hierárquica? E não é óbvio que essa renúncia a objetivos e desejos (para imaginariamente respeitar a autonomia da base) significa se omitir frente às tendências suicidas (reacionárias) do proletariado, como se elas fossem autônomas?



No melhor dos casos, a militância é simples fantasia, mera imaginação e delírio. Coisa talvez digna de riso. Já nos outros casos, a medida que a organização militante se perpetua e o trabalho de base tem êxito, vai se consolidando inevitavelmente (independente do formalismo "igualitário", "democrático" ou das "intenções") como gangue, bando, máfia, sacerdócio, quando não numa nova classe dominante (burocracia).

O que devemos fazer então? Nada. Se existimos, agimos. Basta ser o que se é, isto é, agir como igual (um proletário), sem recuos nem renúncias - apresentando opiniões, objetivos e propostas assim como os outros iguais apresentam as opiniões, objetivos e propostas deles. Simplesmente de igual para igual, nos ônibus, no trabalho, no trem, na internet, na rua, se há oportunidade. Abertamente, como tendência comunista libertária do proletariado contra outras tendências dele (tendências essas que em nossa opinião são suicidas para o proletariado, pois o levam a sustentar sua própria sujeição e exploração. Por exemplo: religião, patriotismo, defesa de "seus" empregos contra "intrusos", xenofobia, machismo, primitivismo, racismo, bairrismo, corporativismo, conspiracionismo, o servilismo de brigar pelo reconhecimento de "méritos"...).

As práticas do proletariado (solidariedades, greves, manifestações, trabalhar o mínimo, cagar para a "meritocracia" e, o que propomos, que é superar a greve pela produção livre, rastilho do comunismo universal) são por si mesmas nossa prática. E as práticas da classe, só podemos influenciá-las debatendo-as e apresentando claramente nossas críticas, ideias, e finalidades, que podem ser mais ou menos adotadas ou não, ser difundidas pelos outros ou não, em determinando momentos sim e em outros não, aprimoradas ou não... Não existe nenhum outro tipo de práxis além dessa, se buscamos favorecer a autonomia do proletariado. Trabalho de base é mistificação proto-burocrática ou proto-sacerdotal.

[Obs.: aos que acham que superestimamos as "ideias", respondemos que as ideias não são entes imateriais (só seriam imateriais se elas existissem num plano sobrenatural, em que seriam eternas e inalteráveis), mas, pelo contrário, são produções, indispensáveis para compor (em pé de igualdade) com outras produções a transformação das circunstâncias (praxis revolucionária). Os proletários não são bestas que fazem coisas cegamente ou por instinto. Não há ações sem objetivos, finalidades, desejos... isto é, as ações pressupõem e implicam teorias, que os proletários criam e aprimoram (ou degradam e

dogmatizam) conforme percebem que sua capacidade de agir é objetivamente aumentada (ou diminuída). A capacidade de agir dos proletários é aumentada quando confiam em si mesmos (internacionalisticamente), não reconhecem "bodes expiatórios", e impõem suas necessidades (que são comunistas: não trabalhar e que tudo seja livre, "free"), opondo-se radicalmente, por este simples ato, à classe dominante (para a qual, obviamente, isto é "opressivo", verdadeira ditadura do proletariado). Ataca o poder dissolvendo o que o sustenta: as divisões do proletariado em empresas, pátrias, raça, gênero, etc. mediante uma livre associação universal que garanta o livre acesso a qualquer um aos meios de produção e de vida. E é diminuída quando os proletários desconfiam de si mesmos, clamam ao poder contra "bodes expiatórios" (estrangeiros, "judeus", imigrantes, "vagabundos"), e reprimem seus desejos em nome da ficção de um "bem maior" (pátria, empresa, religião...), isto é, quando se unem à classe dominante (seja ela burocrática ou particular, de esquerda ou de direita) contra si mesmos. No primeiro caso (aumento da capacidade de agir), a teoria necessariamente se desenvolve e se aprimora, enquanto que no segundo caso (redução da capacidade de agir), a teoria só pode se degradar e se dogmatizar.]

humanaesfera, maio de 2015

## Contra a estratégia

Não existe nada mais inútil e equivocado do que o ativismo, a militância, a ânsia de "prática". Existir é agir. Os proletários não são bestas que fazem coisas cegamente ou por instinto. Não há ações sem objetivos, finalidades, desejos... isto é, existir (ou seja, agir) pressupõe e implica teorias, que os proletários criam e aprimoram (ou degradam e dogmatizam) conforme sua capacidade de agir é objetivamente aumentada (ou diminuída). Expliquemos:



A capacidade de agir dos proletários é aumentada quando confiam em si mesmos (internacionalisticamente), não acreditam em "bodes expiatórios", e impõem a satisfação de suas necessidades (que são comunistas: não trabalhar e que tudo seja livre, "free"), opondo-se radicalmente, por este simples ato, à classe dominante (para a qual, obviamente, isto é "opressivo"); quando ataca, portanto, o poder pela dissolução do que o sustenta (a oposição mútua entre proletários em empresas, pátrias, raça, gênero etc, se engalfinhando por seus próprios senhores) mediante um universalismo material (comunismo) que garante o livre acesso a qualquer um aos meios de produção e de vida, a expressão livre e autônoma das capacidades e necessidades humanas, a livre individualidade que

se liberta enfim da comparação massificadora, reificante, identitária, da concorrência, propriedade privada, hierarquia, mercado e Estado.

Por outro lado, a capacidade de agir é diminuída quando os proletários desconfiam de si mesmos (a ponto de massacrarem a si próprios a um simples pedido dos chefes e poderosos), clamam ao poder contra "bodes expiatórios" (estrangeiros, "judeus", imigrantes, "vagabundos", "favelados", "políticos maus", "empresários maus"), e reprimem seus desejos em nome da ficção de um "bem maior" (pátria, empresa, etnia, ideologia, religião...), isto é, quando se unem às "suas" classes dominantes (burocrática ou particular, de esquerda ou de direita) contra si mesmos. Quanto menos capazes de ação, mais se entregam à reação.

No primeiro caso (aumento da capacidade de agir), a teoria necessariamente se desenvolve e se aprimora, enquanto que no segundo caso (redução da capacidade de agir), a teoria só pode se degradar e se dogmatizar.

### **Critério do conhecimento e práxis**

Os critérios para distinguir mentiras ou boatos de verdades, o especulativo do provável, o que é verdadeiro em certos contextos e falso em outros, o que é baseado em mera fé do que é baseado em evidências etc., esses critérios são expressões intrínsecas do grau de autonomia ou heteronomia do proletariado, de sua autodeterminação ou sua sujeição às classes dominantes. Quanto a isso, há três tipos de crítica da sociedade capitalista:

A) Existe uma crítica da sociedade capitalista cuja verdade pode ser verificada materialmente por qualquer um em seu cotidiano, no mundo inteiro, por qualquer proletário: a crítica do capital enquanto coerção que nos força a nos vender como objetos úteis no mercado de trabalho, que nos coage, se quisermos sobreviver, a alienar nossas capacidades em troca do dinheiro, a exercer nossas potencialidades contra nós mesmos, transformando o mundo em uma força hostil que se acumula nos privando (propriedade privada) das próprias condições materiais de existir, um poder hostil que nos domina, usa e descarta: o capital e o aparato repressivo que os garante (Estado). Essa é uma crítica da essência do capital, ela é radical, e dela decorre invariavelmente a necessidade irrevogável de abolir o trabalho, a propriedade privada, a empresa, as fronteiras e o Estado, ou seja, realizar o comunismo [1]. Detalhe: não requer nenhuma fé em "fontes especiais de informação".

B) Existem outras críticas que requerem alguma "fé", como são as críticas parciais do capitalismo (que são basicamente críticas socialdemocratas do capitalismo: distribuição de renda desigual, obsolescência programada, piora das condições de vida, do meio ambiente, capitalistas e burocratas burlando as leis, governos tramando a derrubada de outros...) que nada mais são do que críticas de acidentes do capital, e não de sua essência. Enquanto no caso A, os

proletários são plenamente autônomos quanto ao poder de verificar a verdade do seu conhecimento (que exprime a matéria de sua própria vida cotidiana) e de agir conforme o que sabem, no caso B, é preciso confiar em especialistas. Ainda assim, a verossimilhança dessa crítica pode ser pesada na vida cotidiana (por exemplo, verificando piores de fato nas condições de vida, ou não verificando a obsolescência programada). Mas quanto menos radical e mais parcial a crítica, por ser mais "inacessível", mais requer que a prática dos proletários se submeta a "esferas superiores", e menos exprime uma prática autônoma capaz de se opor ao capital para impor a satisfação das necessidades humanas.

C) E existem críticas do capitalismo que só requerem fé, uma fé baseada totalmente em "fontes especiais de informação", fé aceita com base numa vaga "intuição psicológica" ou no apelo aos sentimentos. Por exemplo, críticas especulativas (as que, por exemplo, profetizam o "colapso inevitável do capitalismo", como a nova "crítica crítica" - Kurz, Postone, Jappe... -, as especulações do aceleracionismo, transhumanismo, etc), o conspiracionismo ("forças ocultas" que estariam tramando o sofrimento e aniquilação dos pobres, do povo ou da natureza) e as críticas identitaristas (as que afirmam uma identidade - de gênero, de raça, de etnia, de nacionalidade, de cultura - contra outras que "representariam o capitalismo"). Em termos práticos, essas críticas requerem a completa submissão, a completa aniquilação da capacidade de pensar e de agir do proletariado, e a assunção como verdade de qualquer boato, qualquer mentira que confirme os preconceitos "intuitivos" (por exemplo, as mentiras paranoicas sobre transgênicos, produtos químicos, vacinas, medicina, ciência, produtos naturais, tecnologia que muitos ecologistas propagam). O exemplo máximo é a própria religião, em que a fé na revelação de uma verdade absoluta oculta requer a total obediência àqueles que dizem ter acesso especial a ela (daí vem a própria palavra "hierarquia", de *hieros*, sagrado ou segredo, e *arché*, fonte, princípio ou ordem).

### **Composição de classe VERSUS estratégia**

Há quem argumente que o caso A, de plena autonomia, é insuficiente, porque é abstrato e filosófico, e que precisamos do caso B, porque é necessário que haja estratégia (por exemplo, "transição"), que seria algo até muito mais fundamental.

Mas falar em estratégia só faz sentido contra uma estratégia do lado oposto, isto é, quando há uma contra-estratégia pressuposta. Não se trata, então, de luta de classes, mas de uma guerra de frentes, que pressupõe um mesmo tabuleiro, uma mesma linguagem, uma mesma lógica compartilhada, na qual se apoiam os dois lados para que seja possível se enfrentarem. Para guerrearem entre si, precisam estar num mesmo plano, apoiar-se numa mesma estrutura, estarem numa mesma altura, falarem de igual para igual. Daí todas as contrarrevoluções em todas as revoluções "vitoriosas" que já existiram, em que as mesmas estruturas (dominação, sociedade de classes, Estado etc) do inimigo são reproduzidas em nome de atacá-lo.

A grande virtude dos proletários é que eles, enquanto classe autônoma, não podem atacar a estrutura no plano da própria estrutura, mas como produto, como produção molecular resultante de sua própria atividade cotidiana simultânea no mundo inteiro. Caso ataquem a estrutura no mesmo plano da estrutura, aceitando se submeter a uma estratégia, eles são condenados a reproduzir sua própria sujeição sob a mesma ou alguma nova classe dominante, pois seu campo de atuação, a atividade cotidiana simultânea universal, é condenado a permanecer inalterado (trabalho, auto-sacrifício, sujeição...) para efetivar a própria estratégia, reproduzindo automaticamente, apenas com novos nomes, as mesmas estruturas que resultam necessariamente da atividade cotidiana alienada.

Em contraste com a ideologia da estratégia, os proletários não podem contar senão com a sua própria capacidade autônoma de agir e pensar, impulsionada pela rápida difusão de sua luta em escala mundial. Nesse mesmo ato, eles comunicam mundialmente uns com os outros o conhecimento do modo como suas atividades cotidianas simultâneas se interligam (por exemplo, conforme o local em que estão, as supply chains, as relações entre indústria, agricultura e as vias materiais de livre expressão das necessidades, desejos, pensamentos e capacidades dos habitantes e viajantes do mundo, etc ) [2], conhecimento que é simultâneo à supressão em ato das condições de existência materiais (moleculares) da propriedade privada, do capital e do Estado e à criação de uma nova sociedade em que os meios de vida e de produção, indissolivelmente interconectados em escala mundial em uma rede de fluxos imanentes, se tornam livremente (gratuitamente) acessíveis à qualquer um que queira satisfazer suas necessidades, desejos, pensamentos, projetos, paixões, e desenvolver livremente suas habilidades, capacidades e potencialidades.

Um evento assim, que desabilita pela base o poder da classe dominante (empresários, burocratas e o Estados), tem desde o princípio uma linguagem incompreensível e “inconvertível” com a classe dominante e o Estado, sendo de fato uma ditadura contra eles - a verdadeira ditadura do proletariado. A classe dominante sequer tem tempo para começar a entender o que está sofrendo para elaborar uma estratégia antes de o proletariado ter se auto-abolido e, portanto, abolido a classe dominante, a sociedade de classes. Muito diferente disso, o ativismo ou militância se caracteriza por se exhibir espetacularmente à classe dominante como “oposição”. Obviamente, as armas da classe dominante, o Estado, os grupos de extermínio etc são infinitamente mais poderosos e aprimorados do que qualquer “movimento estratégico de oposição” [3], que, conseqüentemente, não passa de espetáculo, só útil para a classe dominante ensaiar seus cães de guarda e métodos de controle, que, encenando, legitima o próprio *status quo* como “democrático”. E quando não é encenação, um “movimento estratégico de oposição” é apenas a reprodução da estrutura à qual procura se opor, como vimos nos parágrafos anteriores.

É óbvio que, quanto mais reduzida a capacidade de agir do proletariado, menos ele consegue se dar ao luxo de pensar por si mesmo, e mais só lhe resta ser objeto de estratégias, de burocratas, empresários e políticos que dizem pensar e agir pelo seu "bem", prometendo, por exemplo, reformas, melhorias etc. Assim, dizem que devemos ser realistas, que o proletariado deve fazer o possível, votando, participando em campanhas, militando, "se esforçando mais", "se sacrificando com mais empenho" etc, em suma, participando de estratégias. Isso é um equívoco. Porque, se não há luta autônoma, é pura sorte, além de extremamente improvável, que ocorra qualquer das melhoras prometidas; e se há luta autônoma, não faz sentido deixar-se reduzir a objeto de estratégias. O efeito colateral imediato da luta autônoma é que todos os burocratas, empresários e políticos, para conter a emergência do proletariado enquanto classe, passam enfim a servir as tais "melhorias", mas, é claro, no mesmo prato da repressão. A questão é a autonomia do proletariado se difundir tão rapidamente em escala mundial que torne impossível que caia mais uma vez nessa armadilha.

### **Adendo: O fetichismo dos "exemplos práticos"**

As revoluções e contrarrevoluções que experimentamos nos últimos 300 anos mostraram que a ideologia mais destrutiva para a luta autônoma mundial é a dos "exemplos práticos". Tão logo se ouve falar sobre uma "revolução" qualquer em algum lugar do mundo, é abandonada toda capacidade crítica e consideração pela verdade, que passam a ser consideradas irrelevantes frente ao "exemplo prático real de como transformar o mundo na realidade". A realidade do exemplo é considerada tão complexa que toda crítica e busca da verdade é descartada como masturbação mental reducionista e utopismo. Abandonada a capacidade de pensar, é aberta a via para o trefismo supersticioso, destruindo a luta autônoma, seja pela luta imaginária que imita a aparência espetacular do exemplo, seja pela aceitação de se subordinar aos burocratas considerados representantes do exemplo (como quando o leninismo se espalhou no mundo e destruiu a luta autônoma por toda parte graças à "realidade inquestionável de seu exemplo", 1917 na Rússia).

Como antídoto, há um critério mínimo certo para avaliar todo e qualquer suposto exemplo (como o Curdistão, zapatistas, revolução russa, espanhola etc): se uma suposta revolução não se espalha rapidamente além das fronteiras para o mundo inteiro (com os proletários se opondo a seus opressores em cada vez mais lugares do mundo e se constituindo como classe autônoma sem fronteiras, se recusando a matar nas guerras, voltando as armas contra os generais em todos os lados, comunizando etc), se a suposta revolução se perpetua apenas num lugar, isso já é suficiente para saber que ali está um Estado e o capital (independente do nome que se use, "autogestão", "socialismo", "comunismo", "anarquismo"...), ou seja, uma sociedade de classes. Pelo simples fato de que, isolados, eles são

condenados a se adequar à troca no mercado mundial, acumulando capital e explorando o proletariado para não falir na concorrência internacional, e também porque são condenados a se constituir como Estado para se aliar, se defender ou atacar outros Estados.

humanaesfera, julho de 2016

### **Notas:**

[1] “Não se trata do que este ou aquele [1] proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa.” (Marx e Engels, A Sagrada Família – Crítica da Crítica Crítica).

[2] Trata-se da composição de classe.

[3] Em contraste com encenação da “oposição estratégica”, o único modo de suprimir a força repressiva do *status quo* é por uma emergência tão rápida e generalizada do proletariado autônomo (portanto, do comunismo) que os poderosos não encontrarão sequer por onde começar a reprimir, de modo que os seus cães de guarda repressores deixarão de ver qualquer sentido em continuar obedecendo, deixando de ser cães de guarda, voltando as armas contra os generais e distribuindo as armas para a população, pela simples razão de passarem a ser irrefreável e irreprimivelmente atraídos, como o restante dos explorados, pela emergência apaixonante do comunismo luxuriante generalizado, a comunidade humana mundial.

## **Abolição do trabalho e a questão do circuito produtivo global no comunismo**

Traduzimos alguns trechos extraídos da intervenção de Libcom no debate "Parecon or libertarian communism?" ("Economia participativa ou comunismo libertário?"):

### **A ABOLIÇÃO DO TRABALHO**

"Ao invés de generalizar o trabalho para medir 'com justiça' o esforço feito na sociedade como um todo e pagar proporcionalmente, nós buscamos o movimento oposto: generalizar a atividade humana que vale por si mesma, negando a necessidade de incentivos ou sanções, negando o sistema salarial."

"Essa generalização da atividade além da medida é o que chamamos de abolição do trabalho e da economia como uma esfera separada da vida social. A objetivo é eliminar o trabalho como uma categoria separada de atividade humana, fazendo a atividade produtiva ser satisfatória por si só. Assim, por exemplo, poderemos usar a tecnologia não apenas para aumentar a produtividade, mas também para

reduzir o esforço, o tempo de trabalho, etc., porque a produção será um assunto social, e atenderá diretamente e de forma transparente as necessidades sociais. O objetivo é a abolição do trabalho, não a sua democratização."

"Além disso, uma sociedade que [como a economia participativa] faz da recompensa do esforço e do sacrifício um princípio fundacional não oferece nenhum incentivo para reduzir o esforço e o sacrifício. Assim como hoje, os trabalhadores buscariam esconder as inovações que reduzem o trabalho, a fim de maximizar suas recompensas (dado que eles perderiam se revelassem ter descoberto um modo de fazer as mesmas tarefas com menos esforço). Por exemplo, se eu fizesse X tarefas e ela me desse Y créditos para sobreviver, eu não gostaria de ver a queda no meu padrão de vida simplesmente porque eu (ou outra pessoa) inventei uma nova forma de fazer a tarefa mais facilmente. Em contraste, sem salário, veríamos a redução do esforço e do sacrifício, junto com a sustentabilidade ecológica, se tornarem as forças motrizes do desenvolvimento sob o comunismo libertário (ou seja, manifestações concretas de 'necessidade' na máxima 'de cada um conforme as suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades')."

"A remuneração pelo esforço e sacrifício incentiva a mentir e enganar, já que os indivíduos podem se beneficiar tanto por meios sujos quanto como honestos. As possíveis soluções para isso (teste mandatário etc) apenas criaria uma outra camada desnecessária de tarefas tecnocráticas, mais preocupada em monitorar os trabalhadores do que em satisfazer as necessidades humanas".

## **O CIRCUITO PRODUTIVO GLOBAL NO COMUNISMO**

"Em contraste [com a ideia de planificação central], propomos a "produção por empuxo" ["pull production", que contrasta com a "push production", "produção por empurro"], que significa produção em resposta ao consumo; a medida que os estoques vão sendo consumidos, isso sinaliza automaticamente a produção para reabastecê-los, 'puxando' bens através da rede logística [supply chain]. Como se percebe, não se trata da mão invisível do mercado, até porque não há dinheiro, preços e nem troca. Nossa crítica ao planejamento central não é apenas que ele exclui a maioria de elaborar o plano (embora essa crítica seja correta, ela é limitada), mas que a própria ideia de planificar centralmente metas (cotas) para algo tão dinâmico como uma sociedade de bilhões é fundamentalmente falho, tanto em termos práticos como epistemologicamente.

Consequentemente, vemos o planejamento social racional ocorrendo pela definição da prioridade de setores e bens/serviços, desde os essenciais até o luxo. Os volumes exatos de produção são, então, determinados localmente em resposta ao consumo, com a alocação de recursos determinada pela prioridade relativa das indústrias, produtos e serviços em questão. Desse modo, a macro-ordem em termos de volumes reais de produção é emergente e não planejada, embora possa surgir de acordo com as prioridades do plano decidido socialmente (ao contrário da ordem emergente dos mercados, que simplesmente

reflete o poder de compra e o que é lucrativo produzir, ao invés do que é necessário, ou a ordem emergente da evolução biológica, que reflete nada mais do que aptidão reprodutiva).

Os meios pelos quais nós pensamos que este processo de planejamento social deve acontecer é através de estruturas de conselhos, por delegados com mandatos revogáveis ou rotativos definidos em assembleias para tratar das decisões de alocação de recursos de acordo com as prioridades do plano social. Pode haver outras maneiras de fazer isso incorporando tecnologia (como por exemplo, qualquer pessoa ser capaz de acessar um banco de dados para atualizar suas preferências individuais, atualizando automaticamente o plano social). No entanto, uma tal base de dados em larga escala seria sem precedentes, e em qualquer caso, há provavelmente benefícios em ter discussões cara-a-cara em conselhos, em vez de escolhas individuais atomizadas. Nós estamos de mente aberta para meios melhores, mas uma estrutura de conselhos parece um bom ponto de partida."

Joseph Kay / Libcom, 2008